



**Rafael Pinna Sousa**

## **AMBIGÜIDADES E VAGUEZAS EM TEXTOS LEGAIS**

**Uma análise da Constituição Federal Brasileira**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Puc-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Maria do Carmo Leite de Oliveira

Rio de Janeiro

Abril de 2008



**Rafael Pinna Sousa**

## **AMBIGÜIDADES E VAGUEZAS EM TEXTOS LEGAIS**

### **Uma análise da Constituição Federal Brasileira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

---

**Profa. Maria do Carmo Leite de Oliveira**

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

---

**Profa. Helena Franco Martins**

Departamento de Letras – PUC-Rio

---

**Prof. Paulo Cortes Gago**

UERJ

---

**Prof. Paulo Fernando Carniro de Andrade**

Coordenador Setorial do Centro de Teologia  
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2008

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

## **Rafael Pinna Sousa**

Graduou-se em Comunicação Social – Jornalismo – na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2003. Foi repórter durante quase três anos e hoje trabalha como professor de Redação, Língua Portuguesa e Interpretação de Textos.

## **Ficha catalográfica**

Sousa, Rafael Pinna

Ambigüidades e vaguezas em textos legais: uma análise da Constituição Federal brasileira / Rafael Pinna Sousa; orientadora: Maria do Carmo Leite de Oliveira. – 2008.

228 f.; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Inclui referências bibliográficas.

1. Letras – Teses. 2. Ambigüidades. 3. Vaguezas. 4. Sociolingüística. 5. Pragmática. 6. Semântica. 7. Direito. 8. Constituição. I. Oliveira, Maria do Carmo Leite de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. III. Título.

CDD: 800

## Agradecimentos

À minha orientadora, Maria do Carmo Leite de Oliveira, por toda a sabedoria, dedicação e paciência. É motivo de grande orgulho a oportunidade de conviver com uma figura ao mesmo tempo tão genial e humana, alvo de profunda e sincera admiração. Vê-la em sala de aula serve como inspiração para meu futuro profissional.

À minha família, fundamental no apoio à difícil decisão de apostar tudo em um curso que poderia implicar – e implicou – uma mudança profissional na minha vida. Um "obrigado" especial à minha mãe pela confiança, pela dedicação e pela presteza durante todo esse período, em especial na reta final da produção desta dissertação.

Aos amigos pela companhia, pelo estímulo e pelo suporte nos momentos mais difíceis. Uma lembrança carinhosa a Bianca Lacerda pelo apoio durante todo o curso.

Ao departamento de Letras da PUC-Rio, pelo excepcional quadro docente e pela organização interna.

Aos professores Helena Franco Martins e Paulo Cortes Gago pela competência e boa-vontade, com dicas valiosas.

Ao professor Adrian Sgarbi, coordenador da pós-graduação em Direito da PUC-Rio, pela atenção e pelas excelentes aulas na disciplina “Interpretação de Textos Normativos”, cursada pelo autor deste trabalho como aluno especial. Sem dúvida, as reflexões e os conhecimentos construídos nesses encontros foram essenciais para o direcionamento e o embasamento teórico desta dissertação.

À Capes e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

## Resumo

Sousa, Rafael Pinna; Oliveira, Maria do Carmo Leite de. **Ambigüidades e Vaguezas em textos legais: uma análise da Constituição Federal Brasileira**. Rio de Janeiro, 2008, 228p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Em sua Teoria Pura do Direito, Hans Kelsen defende que os textos legais precisam ser isolados de questões ideológicas para serem interpretados em sua essência. Essa corrente teórica formalista-positivista considera contaminada qualquer interpretação atrelada a interesses pessoais ou questões políticas, afinal o Direito deve existir apenas como real, e não como ideal ou justo. Só assim ele pode ser considerado uma ciência. Dessa forma, as inegáveis indeterminações das leis se devem apenas a questões semânticas relativas à multiplicidade de significados das palavras, a defeitos técnicos e a necessidades do mundo jurídico, tanto em relação ao fato condicionante quanto à consequência condicionada. Sem negar o valor dessa teoria, a Hermenêutica jurídica hoje trabalha com conceitos bem próximos aos desenvolvidos pelos estudos sociolingüísticos, em que o intérprete não desempenha uma função essencialmente passiva na construção de significados. Assim, esta dissertação rejeita algumas idéias clássicas do Direito sobre interpretação e apresenta novas possibilidades criadas pela perspectiva sociolingüística na interpretação de textos legais. O foco da análise são as indeterminações presentes nas leis, que ganham nova hipótese explicativa a partir da consideração de contextos e participantes desse processo comunicativo. Defende-se que boa parte das ambigüidades e vaguezas presentes em textos legais, freqüentemente disfarçada por uma linguagem de difícil acesso ao homem médio e até a operadores do Direito, na realidade, faz parte de uma estratégia intencional de legisladores para obscurecer sentidos potencialmente polêmicos. O corpus analisado é um recorte do material constitucional brasileiro: artigos da Constituição de 1988 e leis complementares previstos pelos mesmos.

### Palavras-chave

Ambigüidades, vaguezas, sociolingüística, pragmática, semântica, Direito, Constituição, textos legais, linguagem, poder.

## Abstract

Sousa, Rafael Pinna; Oliveira, Maria do Carmo Leite de. **Ambiguity and Vagueness in Legal Texts: An Analysis of the Brazilian Federal Constitution.** Rio de Janeiro, 2008, 228p. M.A. Dissertation - Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Hans Kelsen's "Pure Theory of Law" argues that legal texts must be isolated from ideological questions in order to be interpreted in their true meanings. Accordingly, this theory considers an interpretation to be biased when it is influenced by personal interests or political questions. After all, the law should exist only as real, not as ideal or fair. That is the only way it can be considered a science. This way, the unavoidable uncertainty of laws should only be due to semantics questions related to the multiple meanings of the words, technical errors, and necessities of the juridical world. Without negating the importance of this theory, the juridical Hermeneutic today deals with concepts similar to the ones developed by sociolinguistics studies, in which the interpreter does not have a passive role in constructing meaning. Thus, this dissertation rejects some classical ideas of interpretation of law and presents new possibilities created by the sociolinguistic perspective in the interpretation of legal papers. The focus of this analysis is the uncertainty found in the laws, that gains *new perspectives* through the consideration of context and participants in this communication process. Some argue that a significant numbers of ambiguity and vagueness found in legal texts, often disguised by a language hard to be understood even to law professionals, in fact, is an intentional strategy to veil potential polemic meanings. The material analyzed is a sample of the Brazilian Constitution texts, including articles from the Constitution of 1988 and supplemental laws foreseen by it.

## Keywords

Ambiguity, vagueness, sociolinguistics, pragmatics, semantics, Law, Constitution, legal texts, language, power

## Sumário

1. Introdução	10
1.1 A experiência do “thauma”	10
1.2 Lingüística & Direito	11
1.3 Estruturação da Dissertação	13
1.4 Metodologia utilizada	15
2. Linguagem & poder	17
3. A linguagem do Direito	38
4. Interpretação de leis: tradição, evolução e novos paradigmas	67
4.1 Doutrina tradicional clássica da interpretação jurídica	68
4.2 Hans Kelsen e a Teoria Pura do Direito	71
4.3 Suportes lingüísticos da Teoria Pura do Direito	79
4.4 A Teoria Pura do Direito sob o olhar crítico relativista	85
4.5 Novos paradigmas para a interpretação jurídica	101
5. Um novo olhar sobre clareza e sucesso comunicativo nas leis	108
5.1 Código, inferência, interação e clareza	108
5.2 A noção pragmática de clareza e transparência	112
5.3 A falta de clareza e o sucesso comunicativo	116
6. Metodologia	120
6.1 Escolha do Corpus	121
7. O dizer, o não dizer e o dito: ambigüidades e vaguezas na Constituição Federal de 1988	127
7.1 O legislador racional	127
7.2 Constituições: essência e funções	130
7.3 Constituição Federal de 1988: contexto histórico e político, características e implicações	132
7.4 Indeterminações de sentido: ambigüidades e vaguezas	143
7.4.1 Indeterminações necessárias ou imprevistas	148
7.4.2 Indeterminações de uso estratégico	158

8. Conclusão	180
9. Referências bibliográficas	185
Anexos	190
Anexo I - Fragmento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Título III, Capítulo VII, art. 37 – 43	191
Anexo II - Fragmento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Título IV, Capítulo I, art. 44 – 75	202
Anexo III - Lei complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998	221



## Lista de tabelas

Tabela 1: Significados atribuídos a palavras em dicionários comuns e jurídicos 52

Tabela 2: Significados atribuídos a palavras nas diferentes áreas do Direito 54